

XII CONGRESSO DO SISMUC. Acompanhe as notícias no site do Congresso (<http://sismuc.org.br/congresso2019>). O regulamento e demais publicações podem ser consultadas no local

Reorganização das **LUTAS** em defesa da **CLASSE TRABALHADORA**

Ajude a eleger os delegados para construirmos os rumos da luta em defesa de melhores condições de vida e trabalho

O Congresso do SISMUC é o principal espaço de análise e discussão para definição dos rumos das lutas dos servidores. O período em que vivemos é de intensos ataques aos direitos dos trabalhadores e devemos enfrentar tempos difíceis com união, nos fortalecendo para realizar a reorganização da classe trabalhadora.

Há tempos somos atacados em benefício dos interesses de grandes empresários e banqueiros. A desvalorização do serviço público tem sido constante em todas as áreas. São dois anos com planos de carreira e salários congelados que se somam à precarização dos serviços, consequência da redução de repasses do governo federal e municipal para áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, além da proposta de Reforma da Previdência que ataca direitos conquistados pelos trabalhadores.

O objetivo do XII Congresso do SISMUC é analisar o cenário em que vivemos e definir as formas de resistência do serviço público em relação a esses e tantos outros ataques. Somente com esta organização conseguiremos enfrentar os retrocessos colocados pela gestão Greca e avançar na luta por melhores condições de vida e trabalho.

COMO PARTICIPAR?

O serviço público municipal de Curitiba conta com mais de 30 mil trabalhadores e o Congresso terá participação de 600 servidores. Os delegados estão sendo eleitos até o dia 26 de julho, em assembleias realizadas nos locais de trabalho, na seguinte proporção: até 10 servidores: 2 delegados; até 20 servidores: 3 delegados; até 50 servidores: 5 delegados; até 100 servidores: 6 delegados; locais com mais de 100 servidores elegem 6 delegados e mais 1 delegado a cada 20 servidores.

Após a escolha dos delegados, no dia 31 de julho, serão eleitos em assembleia os servidores para ocupar as vagas remanescentes até completar o número de 600 inscrições. Em um segundo momento serão escolhidos, na mesma assembleia, os interessados em participar como observadores, estes na proporção de 5% do total de delegados inscritos.

Os aposentados também vão eleger seus representantes em uma assembleia específica que será realizada no coletivo da categoria que será realizada dia 25 de julho.

Em 1º de agosto será divulgada a relação dos delegados e participantes do XII Congresso. Na mesma data serão publicadas as teses inscritas.

O XII Congresso vai acontecer no período de 23 a 25 de agosto, na Associação Banestado, em Praia de Leste, no Litoral do Paraná, sem custo para os participantes.



AGENDA DO XII CONGRESSO

25 DE JULHO ▶ Eleição de delegados no Coletivo dos Aposentados

26 DE JULHO ▶ Último dia para eleição de delegados nos locais de trabalho

31 DE JULHO ▶ Assembleia para escolha dos participantes nas vagas remanescentes e observadores

01 DE AGOSTO ▶ Divulgação dos delegados e observadores eleitos

▶ Publicação das teses no site do Congresso

PARTICIPAÇÃO

▶ Delegados por local de trabalho com direito a voz e voto:

- ▶ Até 10 servidores: 2 delegados
- ▶ Até 20 servidores: 3 delegados
- ▶ Até 50 servidores: 5 delegados
- ▶ Até 100 servidores: 6 delegados
- ▶ Locais com mais de 100 servidores elegerão 6 delegados e mais 1 delegado a cada 20 servidores.

▶ Aposentados serão eleitos no coletivo com a proporção de 20% dos presentes

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577 | Rebouças 80220-070 | Curitiba-PR
Fone/Fax: (41) 3322-2475 | 98407-4932
E-mail: sismuc@sismuc.org.br

Jornalista responsável
 Gisele Rossi
 MTb 2838

PRODUÇÃO
 Departamento de Comunicação do SISMUC
 Bruna Bunetti Silva
 Estagiário: Rafael Junge Tajima

ARTE E DIAGRAMAÇÃO
 Ctrl 5 Comunicação

IMPRESSÃO
 Gráfica Mansão

Tiragem: 9 mil exemplares

DIREÇÃO EXECUTIVA

Christiane Izabella Schunig
 Coordenação Geral

Fabiana Prado Caputti
 Coordenação de Administração

Jackeline Fernanda Alves Baptista
 Coordenação de Finanças

Ana Paula Cozzolino
 Coordenação de Secretaria Geral

Walli Wanessa Sass de Paula
 Coordenação de Comunicação e Informática

Marcos Jose Franco
 Coordenação de Assuntos Jurídicos

Maria Jose dos Santos
 Coordenação de Formação e Estudos Socioeconômicos

Jakline Przvbilski
 Coordenação de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Alexon Alves França da Silva
 Coordenação de Organização por Local de Trabalho

Vicente Pereira de Freitas
 Coordenação de Políticas Sindicais e Relação de Trabalho

Aline Antunes Selbach
 Coordenação de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente

Andre Luis Figel
 Coordenação de Aposentado e Idoso

Ivani Amaro dos Santos
 Coordenação de Mulheres

Maria Socorro dos Santos
 Coordenação de Juventude

Luciana Cristina Bevilacqua
 Coordenação de Raça e Etnia

Aida Padilha
 Coordenação de Pessoas com Deficiência (PCD)

SUPLENTE DIREÇÃO EXECUTIVA

Bernadete Paula dos Santos, Daniele Paula dos Santos, Edilcemari da Cruz Thimotheo, Francine Vasconcellos Nico, Gisele da Silva Aguiar, Icléa Aparecida Alves Mateus, Ivanira Ramalho, Karla Garcia de Almeida, Leklery Francis F. S. Albuquerque, Lia Mara Bevilacqua, Liliane de Cássia Zanardini Lorusso, Luzia Conrado dos Santos, Nadir Barbosa de Souza, Rita de Cascia Gomes da Silva, Rita de Cassia Ferreira Bueno, Silvana Barioni, Simone de Souza Martins e Tania Regina Pascoal Aoyama

CONSELHO FISCAL

Jonathan Faria Ramos, Josiane Terezinha dos Santos, Kathia Cristina Shinohara, Luciana Varella de Oliveira e Sandra Regina da Silva Moraes

ATAQUES NA SAÚDE. Terceirização dos equipamentos está sendo intensificada pela administração do prefeito Rafael Greca

Quanto vale a saúde ?

O desmonte da saúde pública é o grande projeto da gestão Greca que atua como se a saúde fosse mercadoria e não um direito de todos. Servidores estão em estado de greve

É na Secretaria Municipal de Saúde que a gestão Greca está avançando no desmonte dos serviços públicos e precarização das condições de trabalho. Neste mês a administração encerrou sua atuação direta na área de saúde mental, com a terceirização do Centro de Atenção Psicossocial - Infantil Centro Vida (CAPS Centro Vida), e conseguiu autorização para implantação de Organizações Sociais (OS) nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Boa Vista, Cajuru e Sítio Cercado. O modelo de OS foi implantado na UPA CIC em agosto de 2018, e sem nenhum ano completo de experiência, o prefeito tem pressa em ampliar o modelo que precariza as condições de trabalho dos profissionais e o atendimento para população.

Com a desculpa de melhorar o fluxo de caixa para garantir o atendimento, a gestão Greca quer terceirizar os equipamentos sem considerar os prejuízos para a população. A UPA CIC, terceirizada, não realiza uma série de procedimentos, não tem pediatria e não recebe ambulâncias de emergência, sobrecarregando demais unidades do sistema.

Ao invés de avançar na cobertura do atendimento para sociedade, a administração se debruça sobre estudos para analisar o que é



SISMUC e servidores realizaram atos em 26 de junho contra a terceirização das UPAs Boa Vista, Cajuru e Sítio Cercado

DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA DE CURITIBA

TERCEIRIZAÇÃO DO CAPS CENTRO VIDA INFANTIL

► No mês de julho a gestão Greca jogou no lixo todo o conhecimento adquirido pelos servidores da área de saúde mental e as relações construídas com os pacientes de transtornos mentais atendidos pelo CAPS Centro Vida Infantil, localizado no Vila Izabel. Dando continuidade ao processo de desmonte do atendimento às doenças mentais e psicossociais, a Prefeitura terceirizou a unidade que era referência em atendimento do autismo infantil e juvenil. Sem pensar na população atendida, entre pacientes e familiares, a Prefeitura remanejou os servidores que atuavam no local e passou a unidade para administração de terceiros. Com 19 anos de atendimento, o espaço era o último CAPS que ainda estava sobre a administração da Prefeitura. O vínculo entre paciente e profissional técnico é um dos pilares no tratamento de transtornos mentais, o que foi totalmente descartado com a mudança promovida e entrada de novos profissionais para atender quem já vinha sendo bem atendido.



SISMUC e servidores realizaram manifestação contra a terceirização do Centro Vida

RISCO DAS OSS

► Conforme notícias veiculadas pela mídia nacional, as OSS se tornaram um mecanismo para as Prefeituras driblarem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que proíbe gastar mais do que 60% do que arrecadam com recursos humanos. A mão de obra terceirizada via OS acaba não sendo registrada como gasto com pessoal. Outros problemas são o repasse de recursos sem fiscalização, a precarização no atendimento e nos contratos de trabalho dos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Até mesmo a OS que assumiu a UPA CIC, Instituto Nacional de Ciências da Saúde (INCS), responde na Justiça por irregularidades.

Das dez OSS que operam no município, oito estão sob investigação

Organização de saúde citada por corrupção em depoimento de Cabral é condenada a devolver R\$ 11 milhões em SP

Cidades driblam lei, terceirizam saúde e organizações movimentam bilhões

Instituto que vai gerir UPA da CIC responde a processos em São Paulo

CMS APROVA TERCEIRIZAÇÃO DAS UPAS

► O prefeito Rafael Greca utilizou a força que tem disponível para intimidar e impedir o amplo debate e a participação dos servidores públicos e população na reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS) que aconteceu no dia 19 de junho. Em uma reunião tensa, e sem considerar documentos apresentados, os conselheiros autorizaram a terceirização das UPAs Boa Vista, Cajuru e Sítio Cercado. A administração alega que a UPA CIC, onde o modelo foi implantado em agosto de 2018 tem bons resultados, e mesmo sem um ano de avaliação quer ampliar o modelo que precarizou o atendimento. Na UPA CIC os pacientes não fazem vários procedimentos como exame de sangue, Raio X e não há médicos pediatras. Os médicos que atendem não têm vínculo empregatício, são sócios da OS, em flagrante precarização nas condições de trabalho.



Servidores protestaram no Edifício Laucas

SISMUC COBRA O COREN

► Diante da sobrecarga de trabalho que os enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem estão enfrentando na rede municipal de saúde, o SISMUC se reuniu com o Conselho Regional de Enfermagem (COREN) para denunciar a situação e cobrar fiscalização das condições de trabalho da categoria. O número elevado de consultas realizadas por enfermeiros, o desvio de função dos auxiliares e técnicos de enfermagem e a falta de profissionais para cobrir o número necessário de funcionários para atendimento foram denunciados na reunião. Durante o encontro ficou acertada a elaboração conjunta de um parecer técnico para ser apresentado aos órgãos competentes e tentar reverter a situação de desmonte e precariedade que as equipes de enfermagem da saúde pública de Curitiba estão passando.



SISMUC se reuniu com diretoria do COREN

CONFIRA CINCO MOTIVOS PARA SER CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DAS UPAS:

1

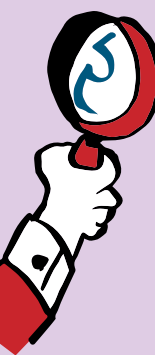
ALTA ROTATIVIDADE DOS PROFISSIONAIS - Os trabalhadores contratados pelas OSS têm relações de trabalho mais frágeis. Os baixos salários, ausência de plano de carreira, e falta de estabilidade, fazem com que tenha alta rotatividade de profissionais. Isso faz com que não exista mais um vínculo entre paciente e trabalhador da saúde. Além de não haver mais capacitação, e formação, o que torna os profissionais menos experientes a longo prazo.



2

PIORA O ATENDIMENTO PARA A POPULAÇÃO - Com a piora das condições de trabalho, e a sobrecarga dos trabalhadores, a qualidade do atendimento cai de forma desastrosa. Além disso, a preocupação das organizações sociais em "economizar" às custas da população faz com que se aumente o número de pacientes e reduza o número de profissionais e de estrutura nas UPAs. Com as OSS não teremos mais uma série de procedimentos básicos, como acontece hoje na UPA CIC.

3



FALTA DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS - A Prefeitura já fecha os olhos para a falta de condições de trabalho e para a população nas filas das Unidades de Saúde. Já imaginou como vai ser com as OSS? Nessa forma de gestão a administração tem menos mecanismo de fiscalização e de controle, dados como o número de funcionários, salários, e gastos com equipamento e manutenção, não são divulgados, abrindo precedentes para corrupção.

4

COLOCA EM RISCO A SAÚDE DA POPULAÇÃO - A saúde é um direito de todos e dever do poder público. Para que uma Unidade de Saúde seja entregue à iniciativa privada, deve ser comprovada a necessidade para que isso aconteça. A Prefeitura de Curitiba só justifica essa mudança com uma suposta "economia", o que é uma mentira, já que essa economia acontece com a piora de qualidade, afetando diretamente a população.



5

ABRIR AS PORTAS PARA INICIATIVA PRIVADA - A entrada de instituições privadas para administrar serviços que são públicos, como é o caso das UPAs, abre espaço para que esse tipo de gestão seja ampliado para outros serviços como a ação social e a educação. A Prefeitura continua pagando caro para manter um serviço sem qualidade, e ainda não aumenta a rede de saúde do próprio município. Saúde não é mercadoria e deveria ser prioridade da gestão municipal.

A VOZ DO SERVIDOR. Entrevistado desta edição fala sobre a experiência de ser funcionário da Prefeitura de Curitiba

Auxiliar de serviços escolares defende mais VALORIZAÇÃO para categoria

Com menos de um ano de casa o auxiliar de serviços escolares Albeandro Patrício Antonio Magingo, 31 anos de idade, está feliz com o trabalho iniciado na Prefeitura de Curitiba em outubro de 2018. Ele foi um dos convocados para assumir o cargo após o concurso realizado em 2015. Natural de Curitiba, ele se enquadra no grande grupo de servidores com formação e conhecimento que a Prefeitura ignora.

Quando assumiu o cargo estranhou não receber nenhuma orientação sobre como é o trabalho, sobre posturas recomendadas para desempenhar a atividade ou sobre saúde em geral. “Tinha expectativa, mas estou percebendo que a Prefeitura desconhece o contexto. É uma categoria muito desvalorizada, como se não tivéssemos capacidade. Os inspetores hoje são profissionais com conhecimento, graduados, com pós-graduação, até mestres, que diante da situação do país acabam fazendo concurso pela importância que a Prefeitura tem e a estabilidade no emprego”, comenta o Albeandro que é formado em Ciências Econômicas e está na segunda faculdade, cursando Ciências Contábeis.

Lotado na Escola Ensino Fundamental José Lamartine Corrêa De Oliveira Lyra - CEI José Lamartine, no bairro Pinheirinho, o novo servidor reconhece que está em uma unidade bem administrada, onde já existia uma organização para o serviço dos auxiliares, que ficam distribuídos em pontos estratégicos da escola, e podem ficar sentados em carteiras. No

CEI José Lamartine são seis inspetores para atender 430 crianças em período integral. Diferente de outros espaços, onde os auxiliares passam todo o período de trabalho em pé, andando pela unidade, e responsáveis por até 150 crianças.

DISTANCIAMENTO

Apesar do pouco tempo como servidor público, Albeandro já participou dos cursos de formação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e também da Semana de Estudos Pedagógicos (SEP), mas estranhou que os temas tratados não estavam relacionados com a atividade que desempenha. “O curso é atrativo, mas depois não temos oportunidade de apresentar nossas ideias e o conteúdo passado não diz respeito ao nosso trabalho. A escola está em um formato isolado da realidade. Temos muitas situações de vulnerabilidade social, tem época que a única refeição da criança é na escola. Os cursos ofertados deveriam nos ajudar a lidar com essa situação de vulnerabilidade. Não dá para escola ser um mundo isolado do resto da realidade da criança. Precisa ser um espaço multidisciplinar, com psicólogos, assistente social, não só pedagogo e professores. É papel do Estado prover a estabilidade econômica e atender a sociedade”, afirma.

“Entendo que com a situação do país a máquina pública também vai enxugando seus quadros. Acredito que muitas coisas podiam melhorar dentro da Prefeitura, mas vai melhorar ouvindo mais a gente. Nós que fazemos a máquina funcionar, que

“Temos muitas situações de vulnerabilidade social e os cursos ofertados deveriam nos ajudar a lidar com essa situação. Não dá para escola ser um mundo isolado do resto da realidade da criança”

Albeandro Magingo está no grupo de novos servidores



CATEGORIA DESVALORIZADA E DESMOTIVADA

► Com um dos menores salários da Prefeitura e sem progressão na carreira, a categoria dos auxiliares de serviços escolares, antigamente conhecidos como inspetores de escolas, se sentem desvalorizados e desmotivados. Há anos lutam por um plano de cargos e salários que garanta progressão na carreira e crescimento de nível, além da revisão no descritivo de cargos. Na última mesa de negociações da pauta específica da categoria, realizada em 18 de junho, a administração municipal se comprometeu em rever o descritivo de cargo no segundo semestre deste ano ou início de 2020.

Cuidar da higiene das crianças, fazer primeiros socorros, pequenos reparos na escola são algumas das atividades muitas vezes delegadas para os auxiliares, e um dos pontos que incomoda a categoria que tem como responsabilidade cuidar das crianças e manter a ordem no ambiente escolar.

O recesso junto com os profis-

sionais do magistério e a oferta de cursos que agregem conhecimento para o desempenho das atribuições dos auxiliares de serviços escolares são pedidos recorrentes, que anualmente precisam ser negociados, e infelizmente, os cursos ainda não atenderam as necessidades da categoria que atende crianças em situação de vulnerabilidade, crianças de inclusão, entre outras situações que pedem uma atenção especial.

As gratificações em reconhecimento aos trabalhos diferenciados para quem atua em unidade de ensino integral, para aqueles que fazem travessia para UEI e o pagamento de hora extra são outras reivindicações da categoria apresentadas para administração. A Prefeitura disse que somente irá analisar as questões quando os planos de carreira forem descongelados, o que deve ocorrer até 31 de dezembro de 2019. Até lá, só a união e mobilização dos servidores poderá pressionar a administração para que sejam ouvidos.

estamos em contato direto com a população. Não queremos só ganhar mais, mas também ter nosso conhecimento aproveitado, agregar nossas experiências. A escola hoje precisa aliar educação com o social, precisa se readaptar”, opina Magingo.

Casado e pai de uma pequena filha, Albeandro gosta de jogar futebol, pratica judô e conta que estuda bas-

tante. Sindicalizado, ele reconhece a importância das lutas dos sindicatos para garantir direitos. “Desde a Revolução Industrial, passando pela França, Estados Unidos, se temos horário delimitado de trabalho, se tem vale transporte é porque teve sindicato cobrando. É um mecanismo de luta de uma forma coletiva, para todos. Sozinho ninguém ganha”, salienta.

GESTÃO REDUZ NÚMERO DE SECRETARIAS

► A Câmara de Vereadores aprovou a proposta do Greca que altera a estrutura de secretarias e órgãos municipais, passando de 18 para um total de 12 secretarias. Algumas foram extintas, outras unidas e a secretaria de Abastecimento mudou de nome: secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Conforme a Prefeitura as alterações vão ocorrer em até quatro anos. Com a aprovação, a Fundação de Ação Social (FAS) ganha ares de supersecretaria englobando a secretaria do Trabalho e a Secretaria de Políticas para Mulheres. Recursos Humanos, Informação e Tecnologia e parte do Planejamento e Administração passam a ser a secretaria de Administração e Gestão de Pessoal; a secretaria de Finanças e Planejamento e Administração se tornaram Planejamento, Finanças e Orçamento e as secretarias de Defesa Social e Trânsito se fundiram em uma só com o nome Defesa social e trânsito.

PSS NA PREFEITURA

► A administração está trabalhando para contratação dos servidores temporários pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS). Com apoio dos vereadores da base do prefeito e sem ouvir os sindicatos que representam os servidores públicos municipais de Curitiba, foi autorizada a contratação de PSS para educação e saúde. A Prefeitura não informa quando e como vai ocorrer o PSS, que terá contrato máximo de 24 meses. A contratação via PSS quebra a isonomia entre os servidores públicos, aumenta a rotatividade de funcionários e não vai resolver a falta de servidores nos equipamentos e nem a sobrecarga de trabalho. Não retira direitos dos servidores estatutários, mas abre brecha para que não sejam realizados novos concursos e enfraquece o IPMC.